



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/13  
PROCESSO N.º 321-0900/13-4**

ATA AJDG Nº004 /13

Nesta data, compareceu à sede da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº 93.802.833/0001-57, com endereço nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, nº 106, Centro, doravante denominada Procuradoria-Geral de Justiça, a empresa abaixo qualificada, doravante denominada Fornecedor, para, atendendo convocação expedida, assinar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na qual estão consignados, em consonância com a legislação vigente, o menor preço para o item, constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 04/13, expediente nº 321-0900/13-4, bem como os compromissos que assume o Fornecedor, nas condições estabelecidas no Edital Licitatório, que desta faz parte integrante, independentemente de transcrição, para todos os efeitos de direito, de acordo com as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 É objeto da presente ata o registro de preços, abaixo descritos, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos do Edital e da proposta vencedora do certame que, independentemente de transcrição, integram este instrumento, ofertado pela empresa que segue, de acordo com a descrição e o preço unitário abaixo:

**FORNECEDOR: RAFAEL NOTÓRIO DE SOUSA GOMES ME**  
**CNPJ: 08.377.932/0001-60**  
**ENDEREÇO: AV. FLAMENGO, Nº 468 – IPANEMA – CEP 91760-120 – PORTO ALEGRE/RS**  
**TELEFONE/E-MAIL: (51) 32469109**  
**REPRESENTANTE LEGAL: RAFAEL NOTÓRIO DE SOUSA GOMES**

ITEM	DESCRIÇÃO, MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.
1	<b>1.1</b> <b>Crachás Funcionais em PVC (100%) – Face Única</b> – no tamanho 54 x 86 mm, fundo branco, frente com impressão colorida (alta qualidade), impressão da foto para baixo da lâmina, dados variáveis e código de barras no padrão solicitado e protegido (criptografados), com a finalidade de registro da efetividade dos servidores e estagiários do Ministério Público, compatível com o sistema Codin 9000, borda verde escuro ao redor da peça, tarja cinza escuro sob o código de barras.	1200	R\$ 1,79
	<b>1.2</b> <b>Crachás Funcionais em PVC (100%) – Com Dupla Face (verso adesivado)</b> - no tamanho 54 x 86 mm, fundo branco, frente com impressão colorida (alta qualidade), impressão da foto para baixo da lâmina, dados variáveis e código de barras no padrão solicitado e protegido (criptografados), com a finalidade de registro da efetividade dos servidores e estagiários do Ministério Público, compatível com o sistema Codin 9000, borda verde escuro ao redor da peça, tarja cinza escuro sob o código de barras.	1000	R\$ 1,79



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

--	--	--	--	--

1.2 - O valor acima inclui o preenchimento de dados cadastrais, de acordo com dados fornecidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, e corte de furo ovoide, para colocação do *clips* (tipo jacaré ou mosquetão).

1.3 – Os cartões deverão ter o Facility Code gravados previamente, sendo que o Facility Code utilizado pelo Ministério Público é o 99 (noventa e nove), bem como deverão ser entregues com ID Number previamente gravados [faixa 28.000 a 29.000].

1.4 - O Fornecedor deverá entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura desta Ata, amostra do produto a ser entregue, para o fim de aprovação da qualidade da arte, da cor e do material empregado e funcionalidade do produto. Caso a amostra seja considerada insatisfatória, será concedido o prazo de 07 (dias) dias para adaptação do produto às especificações, sob pena, não sanando o vício, de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará o Fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao mercado.

2.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o Fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Procuradoria-Geral de Justiça poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

2.3 O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.

2.4 Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.

2.5 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

O presente termo de registro de preços tem validade pelo prazo de 01 (um) ano, a contar do dia útil seguinte ao de sua publicação resumida no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

**CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

4.1 O registro poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

a) pela Procuradoria-Geral de Justiça, quando:

a.1) o Fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital de Licitação ou na Ata de Registro de Preços;

a.2) o Fornecedor der causa à rescisão administrativa desta Ata, por um dos motivos elencados no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

a.3) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

a.4) razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do artigo 78, inciso XII, da Lei Federal n.º 8.666/93 assim o determinarem.

b) pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

4.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo, devendo a decisão final ser fundamentada.

4.3 Qualquer comunicação, decorrente do pedido de cancelamento, será feita por escrito.

4.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final, a qual deverá ser prolatada no prazo de até 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA COMPRA**

5.1 As compras decorrentes da presente Ata serão formalizadas por meio de Nota de Empenho da despesa, consoante a necessidade desta Instituição, tendo como parâmetro quantitativo o fluxo de ingresso de servidores e estagiários.

5.2 Juntamente com a Nota de Empenho será enviada ao Fornecedor uma Ordem de Fornecimento, que indicará a quantidade, o local e o prazo de entrega do objeto a ser adquirido, nos termos dos Anexos do Edital e da cláusula sexta da presente Ata.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

6.1 O prazo máximo de entrega do objeto requisitado é de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação de recebimento pela empresa contratada. A entrega do objeto ajustado deverá ser no seguinte local: *Rua Andrade Neves n.º 106, 14º andar, Bairro Centro, no horário comercial, sob a responsabilidade das servidoras Patrícia Disegna e Solange Santos.*

6.2 O envio do pedido e dos dados cadastrais será realizado pela Divisão de Recursos Humanos, via correio eletrônico, ficando sob a responsabilidade da empresa a entrega desses dados nesta Instituição [na Divisão de Recursos Humanos].

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO**

7.1 O objeto adquirido será recebido da seguinte forma:

a) *provisoriamente*, no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

b) *definitivamente*, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, depois da verificação da qualidade e da quantidade e consequente aceitação, por meio de emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

7.2 Os crachás, mesmo após apresentação da prova, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo de penalidades.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo, mediante a apresentação do documento fiscal de cobrança, acompanhada dos Relatórios de Certificados emitidos e pertinentes, ao Gestor do Contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente ou ordem de pagamento, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Banrisul, e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras, serão suportadas pelo Fornecedor.

8.3 Os preços são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.5 Os valores não pagos nas datas aqui previstas deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IGPM da FGV, *pro rata die*.

**CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

O prazo de garantia do objeto descrito no item 1.1, no item 1.2 2 no item 2.2 será de 12 (meses).

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

10.1 Dos Direitos da Contratante:

- a) Constituem direitos da CONTRATANTE receber, quando requisitado, o objeto nas condições avençadas, assim como proceder à fiscalização e o gerenciamento da presente ata;

10.2 Constituem obrigações do Contratante:

- a) Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações do Edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

- b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades, verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital, desde que devidamente cumpridas as obrigações pelo fornecedor;
- d) Indenizar à Contratante nos casos de reconfecção do objeto deste contrato se ocasionados por equívoco comprovado da CONTRATANTE.

**10.3 Constituem Obrigações da Contratada:**

- a) manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) disponibilizar e manter atualizados os meios de contato (telefone, e *mail*, fax) para eventual utilização da garantia.
- c) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local apontados no Termo de Referência;
- e) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e na proposta, assumindo os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;
- g) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com defeitos ou avarias;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas referentes à compra correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3964.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1 Na forma do artigo 86 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Fornecedor, garantida a prévia defesa, ficará sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da aquisição, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na mencionada Lei.

12.2 Na forma do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, o descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas no Edital e nesta Ata sujeitará o Fornecedor às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o montante da compra, sem prejuízo das demais penalidades legais;
- c) suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

12.3 A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor da compra, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO**

A gestão da presente Ata é de responsabilidade da servidora Solange Santos, telefone (51) 3295 8088 e 8320 e *e-mail* drhm@mp.rs.gov.br.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 A existência de preços registrados não obriga a Procuradoria-Geral de Justiça a firmar contratações, sendo-lhe facultado realizar licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao Fornecedor a preferência em igualdade de condições (Provimento PGJ/RS n.º 40, artigo 7º).

14.2 A CONTRATANTE deverá providenciar, por meio de sua gestão, a publicação, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, das compras efetuadas.

14.3 Integram a presente Ata: o Edital deste Pregão, com todos seus anexos, e a proposta de preços do Fornecedor.

14.4 O procedimento e esta Ata regem-se pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; pelas Leis Federais n.ºs 8.666/93 e 10.520/02; e pelas Leis Estaduais n.ºs 11.389/99 e 13.191/09.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

É competente o foro da Cidade de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou conflitos emergentes do processo.

Porto Alegre,

P/Procuradoria-Geral de Justiça

Fornecedor